

POWER OF VOICES FAIR FOR ALL



HABILITANDO CADEIAS DE VALOR PRO-POBRE

Quinta - feira, 14 de Agosto de 2025 | Ano II, n.º 06 | Presidente: Prof. Adriano Nuvunga

NO ÂMBITO DO PROJECTO PVP – POWER OF VOICES: PARTNERSHIP FAIR FOR ALL

CDD lança plataformas distritais de coligação para regulamentação fiscal, comercial e da cadeia de valor agrícola em Alto Molocué, Gurué e Mocuba, província da Zambézia

- Nos dias 05, 06 e 08 de agosto de 2025, o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), no âmbito do Projecto Power of Voices – Partnership Fair for All (PVP), realizou o lançamento oficial das Plataformas Distritais de Coligação para Regulamentação Fiscal, Comercial e da Cadeia de Valor Agrícola, nos distritos de Alto Molócue, Gurué e Mocuba, na Província da Zambézia.





Estas Plataformas representam um passo importante para o fortalecimento da governação local no sector agrícola, criando espaços institucionais de diálogo, monitoria e resolução de conflitos que envolvem todos os intervenientes da cadeia de valor agrícola. Pretende-se, assim, dotar os territórios locais de mecanismos efectivos para a regulação e fiscalização das práticas fiscais e comerciais que afectam directamente os pequenos e médios produtores agrícolas e, consequentemente, o desenvolvimento rural e o bem-estar das comunidades.

Durante os últimos quatro anos, o Projecto PVP desenvolveu um trabalho abrangente de capacitação dos pequenos agricultores, promovendo a sua autonomia e agência no desenvolvimento local. Para além do empoderamento dos produtores, o projecto envolveu também outros actores-chave da cadeia de valor agrícola, como comerciantes, agentes de transporte, *agrodilers* e autoridades governamentais, fomentando o diálogo intersectorial.

Contudo, apesar dos avanços alcançados, persistem desafios, sobretudo de natureza estrutural, entre os quais se destacam práticas comerciais abusivas. Estas incluem a com-

pra de produtos a preços injustos e abaixo do valor de mercado, a venda de insumos agrícolas a preços inflacionados, a cobrança arbitrária de taxas e impostos, bem como a falta de transparência nas transacções comerciais. Paralelamente, verifica-se uma desconfiança generalizada nas instituições públicas. Estes factores, em conjunto, resultam na perda de rendimentos por parte dos pequenos agricultores, no seu crescente endividamento e na consequente exclusão dos mercados formais.

Perante este cenário, as Plataformas Distritais de Coligação surgem como instrumentos fundamentais para institucionalizar a cooperação local, criando canais eficazes de diálogo e resolução de conflitos, que asseguram a participação de todos os actores, incluindo as entidades reguladoras do governo.

Cada plataforma foi idealizada para ser muito mais do que um simples órgão local, mas sim como um espaço representativo, participativo e inclusivo, onde todos têm voz e capacidade para influenciar. Estas Plataformas foram criadas com o propósito de acompanhar de perto a aplicação das políticas, regulamentos e práticas comerciais que afectam o sector agrícola, garantindo que sejam cumpridos os direitos e interesses das comunidades locais.



Nos distritos onde estas Plataformas foram lançadas, a sua composição motra uma forte integração com as autoridades locais, o que lhes confere maior legitimidade e eficácia. Em Alto Molocué, por exemplo, os técnicos do Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE) fazem parte integrante da Assembleia Geral da Plataforma, contribuindo com o seu conhecimento e ligação directa ao governo. Em Gurué, essa colaboração é ainda mais estreita, com membros da Direcção da plataforma e do SDAE a participarem activamente nas actividades da Plataforma, reforçando o seu papel como um canal de comunicação eficaz

entre a comunidade e o poder público. Já em Mocuba, os representantes do SDAE ocupam lugares-chave tanto no Conselho de Direcção como no Conselho Fiscal, o que permite uma articulação mais dinâmica e uma supervisão rigorosa das acções implementadas.

Esta proximidade e envolvimento constante das autoridades locais são determinantes para que os conflitos sejam resolvidos com rapidez e que as soluções propostas sejam eficazes. Além disso, fortalecem a ponte entre as comunidades agrícolas e as instituições públicas, criando uma relação de confiança e cooperação que beneficia todos os envolvidos no desenvolvimento rural.

Plataformas distritais como guardiãs da equidade e transparência no sector agrícola

As Plataformas assumem um papel fundamental na vigilância das práticas fiscais e comerciais que afectam os pequenos produtores, muitos dos quais enfrentam dificuldades devido a taxas informais, múltiplas ou arbitrárias, impostas quer por diferentes níveis

da administração local, quer por agentes que actuam sem autorização.

Mais do que simples estruturas, estas Plataformas são verdadeiros espaços de escuta e denúncia. Permitem recolher, organizar e sistematizar as queixas das comunidades



agrícolas, encaminhando-as de forma coordenada para as autoridades competentes. Desta forma, fortalecem a voz colectiva dos agricultores, diminuindo também o risco de represálias individuais que tantos receios causam.

Para que as Plataformas possam funcionar com legitimidade e alcançar resultados concretos é essencial que operem sempre com transparência e que envolvam os seus membros de forma activa e participativa. As suas acções devem assentar em evidências sólidas, recolhidas através de relatórios detalhados, inquéritos e escutas directas às comunidades.

Além disso, o estabelecimento de parcerias institucionais com órgãos fiscais, comerciais e

administrativos é crucial para garantir o acesso aos canais formais de resolução e regulação. Para reflectir a diversidade e complexidade da cadeia agrícola, as Plataformas devem assegurar uma representatividade ampla, envolvendo não apenas os produtores, mas também transportadores, comerciantes e organizações da sociedade civil.

Por fim, o fortalecimento das Plataformas passa igualmente pela aposta na formação técnica dos seus membros, capacitação em *advocacy* e no desenvolvimento de um diálogo estruturado e constante com os decisores políticos, assegurando que as suas reivindicações sejam ouvidas e consideradas nos processos de tomada de decisão.

Perspectivas dos actores locais

O director do Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE) em Alto Molócue realça o papel fundamental que a Plataforma poderá desempenhar na resolução dos desafios ligados à comercialização agrícola,

nomeadamente as discrepâncias nos preços praticados e a ausência de comunicação eficaz entre os diferentes actores locais. Para ele, é indispensável estabelecer regras claras e um sistema de comunicação eficiente que una os



agricultores, fortalecendo a sua capacidade de reivindicação e acção colectiva.

Os pequenos agricultores veem na Plataforma um espaço seguro e legítimo onde podem partilhar livremente as suas ideias e expressar as suas preocupações, especialmente no que respeita às injustiças nos preços e às práticas comerciais abusivas que frequentemente enfrentam no mercado. Isto por um lado.

Por outro lado, a associação de comerciantes reconhece as críticas feitas à sua actuação, mas sublinha que a definição dos preços é in-

fluenciada por diversos factores complexos. Encaram a Plataforma como uma oportunidade valiosa para partilhar as suas perspectivas, promover o diálogo e negociar soluções que sejam mais equilibradas e justas para todos os intervenientes.

Este diálogo plural e aberto constitui um sinal promissor de que a Plataforma tem o potencial de fomentar uma governação mais inclusiva, transparente e justa, capaz de harmonizar interesses diversos e contribuir para o desenvolvimento sustentável do sector agrícola.



Processo eleitoral e estrutura das plataformas

o lançamento das Plataformas foi acompanhado por processos eleitorais democráticos em cada distrito, garantindo a escolha legítima dos representantes que irão conduzir as actividades durante o mandato previsto. Este processo

fortaleceu a legitimidade e o compromisso das lideranças locais, essenciais para a promoção da participação inclusiva, o diálogo construtivo e a defesa dos interesses dos pequenos agricultores e demais membros da cadeia de valor agrícola.

Distrito	Conselho de Direcção	Conselho Fiscal	Assembleia Geral
<u>Mocuba</u>	1. Jeremias Marques Joaquim	1. Samuel Chavier	1. Basílio Alfredo
	2. Jerónimo Pemo	2. Oscar Francisco	2. Florindo Nipita
<u>Gurué</u>	1. Zito Chissano	1. Hermenegildo Dom Manuel Emboia	1. Laurinda Maurício
	2. Chiringa Ernesto Naene	2. Arlindo Arsenio da Fonseca	2. Lorêncio Joaquim
<u>Alto Molócue</u>	1. Lúcio Nuvunga	<i>Em processo de eleição</i>	1. Pâmela Leonardo
	2. Isaías Carlos		2. Pedro Lamela

Conclusão

O lançamento das Plataformas Distritais de Coligação representa um marco decisivo para a governação local do sector agrícola em Moçambique, sobretudo na província da Zambézia. Estas estruturas inovadoras criam um ambiente propício para o diálogo construtivo, a concertação e a resolução colaborativa dos principais desafios fiscais e comerciais que afectam directamente as comunidades rurais.

Ao congregar todos os actores da cadeia de valor agrícola num espaço comum, desde

pequenos agricultores, comerciantes, transportadores até aos representantes governamentais, as Plataformas promovem não só a transparência e a responsabilização, mas também o empoderamento das comunidades locais. Este envolvimento colectivo fortalece as bases para um desenvolvimento agrícola mais justo, sustentável e inclusivo, onde as vozes de todos são ouvidas e valorizadas.

Para além de estabelecer pontes entre os diversos intervenientes, estas Plataformas

funcionam como verdadeiros catalisadores de mudança social e económica, fomentando relações de confiança e cooperação que eram antes inexistentes ou frágeis.

O Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), enquanto entidade promotora e facilitadora deste processo, reafirma o seu compromisso em acompanhar e apoiar a consolidação e dinamização contínua destas Plataformas. O objectivo é garantir que estas estruturas se mantenham como espaços vi-

vos de diálogo aberto, monitorização activa e intervenção eficaz, sempre orientadas para o benefício concreto das comunidades rurais da Zambézia.

Assim, as Plataformas Distritais de Coligação constituem um instrumento essencial para fortalecer a governação local, promover a justiça económica e contribuir para o crescimento sustentável do sector agrícola, oferecendo uma esperança renovada a milhares de famílias que vivem do campo.





Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Autor: Salvado Raisse
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS PROGRAMÁTICOS



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

Com apoio:



Kingdom of the Netherlands